

Moçambique. Do paternalismo autoritário à “privatização” do Estado

Dois anos após a sua ascensão ao poder a 25 de Junho de 1975, a Frelimo adoptou o “marxismo-leninismo” como ideologia oficial aquando do seu 3º congresso em 1977. A Frelimo adoptou igualmente um projecto “socialista” que se traduzia pela implementação de uma estratégia de desenvolvimento baseada num sistema de planificação centralizada, cujo actor principal seria o Estado. Durante este período, o partido único era visto como sendo a garantia da unidade nacional, condição necessária ao desenvolvimento. Num paradigma eminentemente paternalista e autoritário, a Frelimo — que se considerava como sendo o “guia do povo moçambicano” — atribuiu-se como uma das suas principais tarefas “organizar” o povo para acabar com a fome e a miséria. O presidente da República era visto como o “pai da nação”, o “garante da unidade nacional”, o único “detentor da razão”. Com vista a criação de uma nova sociedade, pôs-se em prática uma vasta política de “modernização autoritária” que pressupunha, entre outros, o fim do habitat disperso e a criação de aldeias comunais, a negação das autoridades tradicionais, da religião, da poligamia, do alcoolismo, dos ritos de iniciação.

Entretanto, tanto a estratégia política como a estratégia económica adoptadas fracassaram, essencialmente devido aos seguintes factores :

- A fuga dos colonos. Com efeito, durante os primeiros dezoito meses que se seguiram à independência (mais os nove meses do governo de transição), cerca de 90% dos colonos abandonaram o país, o que, em termos de capital humano, significou a perda de mais ou menos 80% dos efectivos. Por exemplo, a rede rural do pequeno comerciante, do transportador e do fornecedor de crédito português que fazia a ligação entre os consumidores urbanos e os produtores rurais praticamente desapareceu, deixando um vazio que nunca foi fechado.

- A incapacidade de imaginar estratégias económicas eficazes e adaptadas à estrutura social do país. O modelo burocrático de desenvolvimento escolhido pela Frelimo necessitava de uma grande capacidade em recursos humanos, que o país não dispunha na altura.

- As acções de desestabilização levadas a cabo pela Rodésia do Sul e África do Sul, directa ou indirectamente através da Renamo, contra o projecto “revolucionário” da Frelimo. À excepção das linhas ferroviárias ligando Moçambique, África do sul e Suazilândia (que foram as menos sabotadas), todos os outros subsistemas ferroviários foram gravemente sabotados assim como muitas infra-estruturas socioeconómicas.

- A resistência da população e das autoridades tradicionais à política de “modernização autoritária” da Frelimo (aldeias comunais, negação religiosa e cultural, etc.).
- A sucessão de períodos de graves inundações e secas sobretudo entre os anos 1978 e anos 1980
- A degradação dos termos de troca no comércio Norte-Sul. Com efeito, entre os anos 1974 e 1986, o volume das exportações moçambicanas caiu em cerca de 80%. Aliado a isto, os rendimentos provenientes dos serviços (sector extremamente importante na economia de Moçambique) também conheceram uma enorme queda. A África do Sul reduziu em cerca de 2/3 o número de trabalhadores moçambicanos no seu território e reduziu a utilização dos portos nacionais.
- Enfim, é preciso também evocar a dependência em relação aos apoios externos para financiar o projecto de desenvolvimento. Na ausência de capacidades internas, a estratégia de desenvolvimento adoptada pela Frelimo dependia enormemente de recursos externos. O país não tinha na altura as condições institucionais, humanas e tecnológicas necessárias e o modelo escolhido não permitia a sua emergência.

Este modelo, que não era nem verdadeiramente socialista (nem Cuba nem Vietname, etc.), nem verdadeiramente capitalista, impedia o desenvolvimento do mercado sem dar o poder ao povo, condição necessária para a sua mobilização para as tarefas de desenvolvimento. Este “nem-nem” agravou a dependência do país.

Devido a esta situação, o país entrou numa crise sem precedentes e, cerca de dez anos depois da proclamação da sua independência, um programa de ajustamento estrutural — implementado sob a batuta do FMI e do Banco Mundial, e cujo objectivo principal era a estabilização “macroeconómica” do país — e uma nova constituição que abria o país ao multipartidarismo, — acentuando a viragem à economia do mercado e introduzindo a democracia liberal — foram adoptados, respectivamente em Janeiro de 1987 e Dezembro de 1990.

Cerca de vinte anos depois, que balanço pode ser feito destas profundas transformações político-económicas?

Primeiramente, há uma clara passagem do paternalismo autoritário e da obsessão homogeneisante do Estado “marxista-leninista” (um só povo, uma só língua, uma só nação) que caracterizaram o período do partido único para a “privatização” do Estado pelas elites do partido no poder e para uma espécie de “apartheid social”. Ou seja, o Estado continua a ser socialmente importante, mas sua forma de actuação mudou radicalmente. Passou-se de um Estado que procura englobar e transformar a todos para um

Estado mais conectado com a transformação da realidade de uma pequena elite. Um Estado que aceita a diferença, mas aceita também uma crescente desigualdade social. O exemplo disso é que a maior parte das empresas privatizadas no quadro dos programas de ajustamento estrutural (PAE) estão nas mãos dos membros da Frelimo ou de seus “amigos”. Isto levou a que alguns dos investigadores designassem-se o Programa de reabilitação económica (PRE, nome local do programa de ajustamento estrutural), como sendo o “**Programa de reabilitação dos exploradores**”.

Neste novo contexto, o abuso do poder, a impunidade dos líderes políticos, a corrupção galopante que atinge todos os sectores da sociedade, a criminalidade e a insegurança passaram a fazer parte do quotidiano dos moçambicanos. Também, a incapacidade do Estado em conter ou minorar estes males transforma a noção de “Estado de direito” numa ficção, e cria reticências ao capital internacional e às agências de cooperação estrangeiras em relação à Moçambique, constituindo sem dúvida um forte travão ao desenvolvimento do país.

A maior parte dos dirigentes moçambicanos — os mesmos que ontem diziam lutar por uma sociedade “socialista”, na qual o dirigente seria o primeiro nos sacrifícios e último nos benefícios — são hoje os principais beneficiários dos créditos bancários, concedidos em condições bastantes vantajosas e em geral a fundo perdido, e fazem parte de conselhos de administração de inúmeras empresas. A pilhagem directa dos recursos do Estado permitiu que algumas famílias próximas do poder consolidassem uma base económica e financeira muito forte (contudo, bem fraquinha quando comparada com as dos membros do MPLA em Angola, que tem a sorte de ter petróleo e diamantes).

Moçambique, que com Samora Machel (1975-1986) não tinha conhecido casos de corrupção de grande envergadura, conhece hoje uma das taxas de corrupção mais altas do mundo, envolvendo, na maior parte dos casos, gente próxima ao poder. A ligação entre o poder económico e o poder político explica as reticências que a Frelimo tem face a uma eventualidade de perder o poder, pois a sobrevivência económica dos seus membros parece depender extremamente do Estado.

O Estado constitui um instrumento pessoal da Frelimo, que o utiliza a seu bel-prazer, filtrando o acesso a postos estratégicos. A Frelimo tem interesses económicos em todos os sectores de actividade: banca, transportes, hotelaria, turismo, pescas, etc.; nenhuma actividade foi deixada de lado. De uma certa maneira, a Frelimo pode até perder o governo, mas não perderá o poder tão cedo. Mas a perda do governo significaria o fim da protecção política, e pode mesmo levar alguns dirigentes à barra do tribunal.

O mais inquietante é que este tipo de gestão política da Frelimo pode provocar a emergência de partidos ou movimentos populistas, os quais, na descrença gerada pelos partidos políticos, mobilizam a população com base no seu carisma e propostas de mudanças radicais. Tal situação seria bastante perigosa para a democracia, uma vez que tende a acentuar a instabilidade política. A longo prazo, como já mostraram as experiências de países latino-americanos e africanos, o populismo é profundamente danoso às instituições políticas e à economia. No entanto, a probabilidade de adesão das camadas populares mais desfavorecidas (durante muito tempo marginalizadas, constituídas essencialmente por jovens no desemprego) a estes movimentos é grande, uma vez que suas promessas tendem a capturar a imaginação daqueles que pouco possuem além da esperança em um futuro melhor.

Nesta linha de análise, é interessante constatar que não há grande diferença entre a Frelimo e os partidos da oposição em relação à sua concepção de Estado. Por isso, pode-se dizer sem grandes evasivas que a democracia moçambicana sofre de uma grave patologia, não por culpa dos seus eleitores, mas sim dos seus representantes. As elites políticas vêem no Estado um meio de se enriquecerem. Aquando da polémica das eleições de 1999, uma das exigências da Renamo, principal partido de oposição, era a nomeação de seus membros nos conselhos de administração das empresas públicas. Com efeito, este pedido para participar na partilha do “bolo” serviria de garantia para que a Renamo fizesse “vista grossa” às alegadas fraudes da Frelimo.

A sucessão de Joaquim Chissano na liderança da Frelimo por Armando Guebuza —, considerado um dos homens mais ricos de Moçambique — garantiu a manutenção do *status quo* no seio do partido, mas não trouxe sucessos tangíveis ao país. Pelo contrário, a situação está a piorar, e mais do que nunca a Frelimo terá de trabalhar arduamente para reconquistar a confiança perdida. A Frelimo, que se dizia partido de “todo o povo” e “legítima representante das suas aspirações”, é hoje um partido suspeito de ser corrupto ou de proteger corruptos, de estar metido com grupos de mafiosos e criminosos e de ser um partido que serve apenas a uma minoria.

A falta de cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral de 2004 e aquando da sua tomada de posse (combate ao deixa-andar, a criminalidade e corrupção, só para citar os mais importantes) está a desacreditar ainda mais o governo de Armando Guebuza e o seu partido. Armando Guebuza colocou a fasquia muito alta e hoje é vítima dele mesmo. Globalmente, pode-se dizer que o futuro do país não é nada animador. No entanto, tal conclusão não nos pode levar a jogar a toalha, a aceitar as coisas que aí estão como inevitáveis e inalteráveis. Encarar nossas falhas de frente e olhar

para o futuro de maneira serena e crítica são condições essenciais para que não repitamos nossos erros, assim como a constante mobilização social é essencial para a implementação de mudanças e a transformação social. Se poucos conseguiram apoderar-se do Estado tão rapidamente, oxalá a maioria excluída consiga retomá-lo ainda mais rapidamente. E que nossa história de dominação e exclusão social não siga repetindo-se. Nem como farsa.

Referências bibliográficas:

Green Reginald, *A dimensão social do ajustamento A pobreza em Moçambique*, Maputo, D.S.A., 1989.

Daniel Jouanneau, *Le Mozambique*, Paris, Karthala, 2000

Kenneth Hermele, *Moçambique numa encruzilhada: Economia e política na era de ajustamento estrutural*, Bergen (Norway), Chr. Michelsen Institute, Department of Social Science and Development (Report 1990 : 3).

Michel Cahen, *La révolution implosée*, Paris, L'Harmattan, 1987.

Christian Geffray, *La cause des armes au Mozambique. Anthropologie d'une guerre civile au Mozambique*, Karthala, 1990.

Carlos Nuno Castel-Branco, *Moçambique. Perspectivas económicas*, Fundação Fredrich Ebert, 1994.

Vincent Tickner, "Structural adjustment and pricing policy in Mozambique", in *Review of African Political Economy* 53, Sheffield, ROAPE, 1994, pp. 25-42.